



## RESOLUÇÃO SESA nº 249/2018

**Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, destinado ao Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, no exercício de 2018.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 45, inciso XIV, da lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- considerando a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”.
- considerando que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;

**GABINETE DO SECRETARIO**



- considerando a Resolução SESA nº 198/2016, que disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para a Reforma e/ou Recuperação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o Quadriênio 2016-2019;
- considerando a Resolução SESA nº 199/2016, que disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Investimento para a Construção e/ou Ampliação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o Quadriênio 2016-2019;
- considerando as Resoluções SESA nº 198/2018 que aprova a relação de municípios que atenderam as exigências estabelecidas nas Resoluções SESA nº 198/2016, para receberem os recursos estaduais para reforma e/ou recuperação de Unidade de Saúde da Família, na modalidade Fundo a Fundo;
- considerando as Resoluções 167/2018 e 185/2018 que aprovam a relação de municípios que atenderam as exigências estabelecidas nas Resoluções SESA nº 199/2016, para receberem os recursos estaduais para construção e/ou ampliação de Unidade de Saúde da Família, na modalidade Fundo a Fundo,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Autorizar o repasse financeiro no valor de **R\$ 2.681.305,52 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme detalhado no Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento para Construção e Ampliação, e Custeio para Reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, no exercício de 2018.**

**Art. 2º** - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

**Parágrafo Único.** A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

**Art. 3º** - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

**Art. 4º** - As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de



Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

**Art. 5º** - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema SargSus sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

**Art. 6º** - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

**Art. 7º** - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

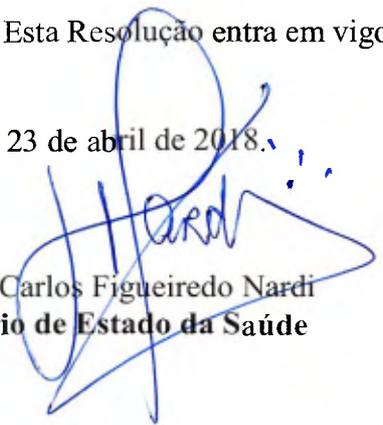
- Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

**Art. 8º** - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2018, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Ampliação, Construção e Reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS.**
- II. Iniciativa: 4162 – Mãe Paranaense
- III. Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120  
INVESTIMENTO – 4441.4203
- IV. Fonte: 100 – Tesouro do Estado

**Art. 9º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de abril de 2018.

  
Antônio Carlos Figueiredo Nardi  
Secretário de Estado da Saúde



Anexo I da Resolução SESA nº 249/2018

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER O INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO PARA REFORMA E INVESTIMENTO PARA AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF, DO PROGRAMA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APSUS.**

CÓD. CREDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CNPJ	PROTOCOLO	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	DADOS BANCÁRIOS			OBSERVAÇÕES
						BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
132084	PALMITAL	09.290.590/0001-09	14.817.427-0	REFORMA	150.000,00	BB	1353-6	22.484-7	CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE
131986	MISSAL	09.077.055/0001-74	14.861.099-1	REFORMA	103.684,16	BB	3744-3	15404-0	PORTÃO OCOÍ
139843	ARAPONGAS	09.267.609/0001-04	14.955.624-9	REFORMA	147.954,53	BB	0359-X	64.976-7	ARAPONGUINHA
139997	CRUZEIRO DO OESTE	08.888.967/0001-63	14.859.760-0	REFORMA	149.605,00	CEF	3352	71008-5	CENTRO DE SAÚDE
139843	ARAPONGAS	09.267.609/0001-04	15.021.177-8	REFORMA	80.063,77	BB	0359-X	64.977-5	UBS PRIMAVERA
132219	RONCADOR	10.517.867/0001-72	15.010.299-5	REFORMA	149.998,21	BB	2553-4	21.153-2	UBS JARDIM ANCHIETA
132219	RONCADOR	10.517.867/0001-72	15.010.315-0	REFORMA	149.999,85	BB	2553-4	21.153-2	UAPS SIDNEI GUSMAO DE ANDRADE
132101	LARANJAL	09.313.556/0001-02	14.823.633-0	REFORMA	150.000,00	BB	8278-3	1049-9	POSTO DE SAÚDE
132235	CAMPINA DA LAGOA	10.811.584/0001-39	14.816.729-0	REFORMA	150.000,00	BB	1713-2	16655-5	UBS CENTRAL

REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – INCENTIVO DE CUSTEIO									
CÓD. CREDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CNPJ	PROTOCOLO	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	DADOS BANCÁRIOS			OBSERVAÇÕES
						BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
139824	ALMIRANTE TAMANDARÉ	10.513.064/0001-40	15.084.171-2	CONSTRUÇÃO	600.000,00	CEF	2863	71021-8	USF TIPO I - SEDE
131993	MARIÓPOLIS	09.128.114/0001-96	14.776.208-9	CONSTRUÇÃO	600.000,00	BB	8275-9	1.022-7	USF TIPO I
132151	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	09.444.531/0001-48	14.931.948-4	AMPLIAÇÃO	250.000,00	CEF	399	71019-9	CENTRO DE FISIOTERAPIA

**Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE**

Protocolo	<b>39745/2018</b>	<b>Diário Oficial Executivo</b>
Título	Resolução SESA nº 249/2018	Secretaria da Saúde
Órgão	SESA - Secretaria de Estado da Saúde	Resolução-EX (Gratuita)
Depositário	RAQUEL STEIMBACH BURGEL	249.18.rtf 220,71 KB
E-mail	RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR	
Enviada em	24/04/2018 10:30	
Data de publicação		
25/04/2018 Quarta-feira	Gratuita	Aprovada
		24/04/18 10:46
		Nº da Edição do Diário: 10177
<a href="#">Histórico</a>	<b>TRIAGEM REALIZADA</b>	